

## 6

### Conclusão

Movimentos sociais de negros/as, feministas, homossexuais: o século XX assistiu, especialmente a partir da década de 60, a uma intensificação de ações coletivas de minorias organizadas para afirmar suas identidades e reivindicar seus direitos. Os grupos incorporaram uma cultura de protesto, levando às ruas sua diversidade e enfatizando suas demandas em aspectos bastante diferentes dos privilegiados pelas análises de cunho marxista, preponderantes antes da década de 60. Anteriormente, paradigmas fundamentados nas estruturas econômicas da sociedade eram os mais utilizados para explicar o conflito social, que seria causado pelas crises do sistema de produção capitalista. Já nas últimas cinco décadas do século passado, a mobilização coletiva, embora não tenha deixado de considerar questões econômicas, passou a ampliar seu foco em esferas até então relativamente excluídas do debate, por serem consideradas “privadas”, como família, educação e sexualidade. A expressão “o pessoal é político”, utilizada por muitos grupos feministas na década de 60, demonstrou este deslocamento de perspectiva e destacou que o poder atua, também, nas esferas “íntimas” dos sujeitos.

Neste paradigma em que assuntos íntimos tornam-se questões políticas, situam-se também os movimentos de minorias sexuais, cuja denominação mais recente é a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). No caso do Brasil, os grupos minoritários sexuais passaram a ser mais politizados sobretudo na década de 70, com a criação do grupo *Somos*, em 1978. Desde então, suas formas de organização e focos de atuação variaram de acordo com as conjunturas históricas; a forma com que hoje se apresentam é consequência direta da aproximação, intensificada a partir da década de 90, do movimento social LGBT com segmentos do mercado e das mídias. Com estas transformações, os grupos, antes marcados por um relativo comunitarismo, passaram a adotar estratégias de visibilidade massiva. A *Parada do Orgulho LGBT* constitui um exemplo destas novas modalidades de atuação, destacando em suas temáticas questões e demandas caras às minorias sexuais.

O evento, que acontece todo ano e, em 2011, de acordo com os organizadores, reuniu cerca de quatro milhões de pessoas na cidade de São Paulo, configura um acontecimento substancialmente tematizado no campo midiático e propõe uma agenda, em variados segmentos da sociedade, de questões e temáticas de interesse de grupos minoritários sexuais. Levando em consideração que uma das características principais do campo das mídias é a mediação das relações entre outros campos, os tópicos relacionados à *Parada Gay* são atualizados em debates e deliberações nos quais posicionamentos oriundos de campos sociais diversos são apresentados em permanente conflito e negociação.

Em 2011, as discussões geradas pela *Parada Gay* na sociedade tornaram-se mais intensas, influenciadas em grande parte pela aprovação da união estável entre pessoas do mesmo sexo, no dia 05 de maio. A decisão acabou por lançar, nos meios de comunicação, questões ligadas não somente às reivindicações LGBT, mas às práticas sexuais não hegemônicas como um todo. Além disso, neste ano, ganhou visibilidade o projeto de lei da Câmara 122 (PLC 122), que, desde 2006, busca incluir, entre os crimes de racismo, a discriminação por identidade de gênero ou orientação sexual.

Nosso problema de pesquisa localizou-se neste momento em que se ampliaram as respostas da sociedade em relação aos projetos LGBT: buscamos pesquisar e compreender os argumentos e tomadas de posição a respeito da *Parada Gay* nas arenas públicas de deliberação que se formam em ambientes online. O objetivo consistiu em, à luz de conceitos provenientes da Análise do Discurso, conhecer e analisar as lógicas que permeiam os discursos suscitados pelo evento, uma vez que evidenciam pontos de vista da sociedade a respeito de sexualidades minoritárias e da própria *Parada Gay* em si. As deliberações a respeito do evento, assim, apresentaram pistas importantes para investigarmos algumas das percepções sociais a respeito deste momento do ativismo LGBT e também sobre as demandas e estratégias de organização de grupos LGBT.

Nossa escolha recaiu sobre a Internet, principalmente, por dois motivos: em primeiro lugar, é um ambiente que, embora apresente desigualdades de acesso em todo mundo, configura uma espécie de “brecha” que nos permite visualizar aspectos da realidade social. Em segundo lugar, devido a suas ferramentas de interação, a web cria espaços que favorecem uma maior igualdade de participação; é relativamente mais fácil, na comparação com meios de

comunicação de massa, nos tornarmos emissores/as, o que tende a incrementar a quantidade de fontes alternativas de informação. Devido a estes elementos, consideramos que estávamos diante da possibilidade de capturar uma maior diversidade de perspectivas e interpretações a respeito do nosso objeto de pesquisa.

Depois de organizarmos o material da nossa investigação, composto por discursos acerca da *Parada Gay* na Internet, especialmente blogs e sites de notícias, identificamos padrões referentes aos temas mais recorrentes suscitados pela manifestação, bem como às estratégias discursivas dos sujeitos relativas a cada tema. As categorias de análise referem-se às discussões sobre a pertinência do evento, aos direitos civis de minorias sexuais e ao juízo moral biológico e religioso sobre sexualidades não heteronormativas.

A categoria sobre a pertinência do evento evidenciou, principalmente, as discussões a respeito da legitimidade e/ou relevância do acontecimento da *Parada Gay* em si. As opiniões que, em algum grau, se opuseram ao evento, alegaram que ele deixou de ser uma manifestação política para se transformar em um grande carnaval, palco de atos “libertinos”. Além disso, a causa gay, de acordo com estes discursos, não seria tão prioritária para a sociedade brasileira, que teria problemas mais graves e urgentes para tratar, como a pobreza e a corrupção. Já as argumentações que buscaram elaborar uma defesa da *Parada Gay* focaram no papel desempenhado pelo evento para a economia e o turismo da cidade de São Paulo, na grande quantidade de participantes e, em menor escala, no aspecto da manifestação enquanto promotora de tolerância e igualdade.

Interessante notar, neste sentido, a contradição das opiniões que, ao mesmo tempo em que criticaram a *Parada Gay* por seu suposto aspecto “carnavalesco” e apolítico, também efetivaram uma oposição geral às próprias demandas LGBTs (como o PLC 122), esvaziando o aspecto político das reivindicações. Já no que tange ao mais recorrente argumento de defesa, a relevância do evento para a economia e o turismo da cidade, observa-se que a lógica mercadológica, na interpretação dos grupos minoritários, pareceu mais persuasiva enquanto tática de defesa, mais sensível à mentalidade social que os aspectos políticos do evento.

A segunda categoria de análise estipulada em nosso estudo referiu-se às discussões sobre os direitos civis das minorias sexuais. Neste sentido, ao longo do

material organizado, predominaram as interpretações que se opuseram às demandas LGBT. Em primeiro lugar, o PLC 122, nestes discursos, é visto como uma “mordaca” gay: ao criminalizar a discriminação por orientação sexual, o projeto, de acordo com estas operações discursivas, também cercearia a pregação de líderes religiosos – indo de encontro aos princípios constitucionais de liberdade de expressão e crença. Outro ponto recorrentemente debatido foi o kit anti-homofobia, que seria distribuído em escolas com o objetivo de conscientizar crianças e adolescentes a respeito da diversidade sexual, mas em maio teve sua produção interrompida pela presidenta Dilma Rousseff. O conjunto, composto de material didático, foi denominado, nestes discursos opositores, de “kit gay” e deveria ser combatido porque “estimularia” jovens a se tornarem homossexuais. Tanto no caso do PLC 122 como no do kit, a noção que prevaleceu nestas interpretações foi a de que grupos LGBT estariam estabelecendo uma espécie de “ditadura”, associada a uma suposta imposição de direitos da minoria.

As estratégias discursivas de defesa dos projetos LGBT, por sua vez, basearam-se em duas interpretações. Em primeiro lugar, a de que o Estado brasileiro é laico, logo as decisões legais não podem ser influenciadas por doutrinas religiosas. Em segundo lugar, a opinião de que as minorias sexuais não estariam buscando privilégios, mas sim um status de igualdade de participação na sociedade. Nestes discursos, projetos específicos de e para minorias sexuais – sejam projetos de lei, como o PLC 122, sejam de conscientização, como o kit – foram aceitos e defendidos, inseridos em uma noção de que, por conta da discriminação sofrida por LGBT, seriam necessários mecanismos que busquem uma reparação histórica das injustiças.

Se, nos discursos opositores aos projetos LGBT, os artigos constitucionais predominantemente evocados foram os de liberdade de expressão e crença, nos discursos favoráveis, o princípio constitucional a gravitar sobre as argumentações foi o de igualdade entre os cidadãos.

A última categoria de análise estabelecida tratou dos juízos morais sobre a prática homossexual, nos campos religioso e biológico. Em relação ao primeiro, um dos apelos mais recorrentes do discurso religioso, que categorizou e interpretou a prática homossexual como pecado, baseado em citações bíblicas específicas, foi o de natureza: de acordo com esta perspectiva, a homossexualidade consistiria em um pecado porque se apresentaria contrária à

noção idealista de uma natureza pura. Grande parte dos argumentos que condenaram a homossexualidade, do prisma religioso, elaborou uma memória discursiva, de um tempo imemorial ainda em estado de perfeição, na qual a homossexualidade não teria espaço por não multiplicar a espécie, por contradizer uma “ordem natural”. Foi neste sentido que observamos com frequência, por exemplo, alusões aos mitos de Adão e Eva para afirmar a suposta legitimidade da heterossexualidade (os discursos alegaram que, se Adão e Eva fossem um casal homossexual, a humanidade sequer existiria).

Quatro foram as passagens bíblicas mais recorrentemente utilizadas, em nosso material, para condenar a prática homossexual. A maior parte é oriunda do Antigo Testamento (A.T), sendo duas do livro de Levítico e uma de Gênesis. Do Novo Testamento (N.T), foi citado somente um trecho, do livro de Romanos. Interessante notar, neste sentido, que, embora a maior parte dos discursos contrários tenha pertencido a denominações evangélicas, ou seja, instituições cujo foco é a interpretação e divulgação do Evangelho, livro do Novo Testamento, não foram os dogmas do N.T os predominantes, mas sim os do A.T, livro no qual aparecem condenações diretas mais numerosas à prática da homossexualidade.

Outra contradição identificada em nossa análise referiu-se à própria exaltação da natureza, que nestas estratégias discursivas apareceu como supostamente heterossexual, supostamente direcionada para a multiplicação da espécie. Se, por um lado, este estado de natureza “não corrompida” é defendido e aclamado na defesa da heteronormatividade, sendo a homossexualidade algo pecaminoso porque iria de encontro a este estado, por outro os mesmos discursos religiosos combatem, de forma recorrente, os instintos sexuais, inclusive os heteronormativos, quando estes não obedecem a determinadas regras morais (é o caso, por exemplo, do sexo antes do casamento, ainda condenado por grande parte das religiões cristãs). Observa-se, assim, que a “natureza” neste âmbito, não apresenta um sentido único, estável, mas sofre operações discursivas que a moldam: quando o propósito é a reprodução da espécie, ela é evocada (embora sempre de acordo com determinadas regras de conduta). Quando se tratam de práticas sexuais que não se enquadram no que os dogmas prescrevem, inclusive as realizadas entre indivíduos do mesmo sexo, então o instinto sofre interdições.

Em relação às estratégias discursivas que, no plano do debate religioso, não condenaram a prática homossexual, três foram as recorrências evidenciadas

no estudo: os discursos confrontaram a credibilidade das instituições religiosas (criticando aspectos como o pagamento do dízimo, por exemplo), questionaram as interpretações da Bíblia, sobretudo as literais, e recorreram ao princípio bíblico de amor ao próximo para condenar o preconceito.

Os discursos de defesa configuraram, basicamente, reações a ataques prévios, fundamentados na Bíblia. Um mandamento evocado, neste sentido, foi o “amai-vos uns aos outros” para condenar os preconceitos contra homossexuais. Não por coincidência, o versículo foi utilizado pela organização oficial da Parada Gay de São Paulo, que, em carta aberta, manifestou a intenção de “pedir fim à guerra travada entre religião e direitos humanos”.

As enunciações que compuseram a subcategoria do juízo moral biológico, por sua vez, giraram em torno, basicamente, do conceito de normatividade. O que pareceu importar, nestas enunciações, foi argumentar se a prática homossexual é “normal”, “saudável”, ou uma “patologia”.

As estratégias discursivas que patologizaram a homossexualidade tenderam, em nosso material, a reduzir as práticas sexuais dos sujeitos a características físicas. Identidade de gênero e identidade sexual foram tomadas como um mesmo elemento: nestes discursos, foram recorrentes as afirmações de que o “normal” seria a relação heterossexual porque, no caso de um sujeito do sexo masculino, por exemplo, aspectos de sua anatomia (ter um pênis) seriam determinantes para caracterizá-lo como um homem e, conseqüentemente, para condicionar sua identidade sexual: praticar sexo com mulheres e não com outros homens.

A “natureza”, conceito fundamental nas operações discursivas do âmbito religioso, foi também ecoada nos discursos biológicos para realçar a noção de normatividade. De acordo com esta perspectiva, a homossexualidade, uma vez que iria de encontro às regras da natureza, não seria uma condição, algo imposto às pessoas, mas sim uma escolha individual.

Interessante notar que, nos discursos de defesa da homossexualidade no terreno biológico, a normatividade foi também o principal elemento evocado. Nestes casos, no entanto, o que se viu foi uma essencialização do desejo homossexual – a sexualidade foi tomada não como algo processual, mas sim como algo dado, pré-elaborado. Nesta perspectiva, a homossexualidade encontraria legitimidade não porque todas as pessoas são livres para vivenciar

suas sexualidades, mas sim porque elas não teriam outra opção, não teriam outra possibilidade. A sexualidade, nos discursos de defesa, não foi elaborada como uma opção, mas sim uma condição.

Em todas as categorias de análise do nosso estudo, chamou atenção a desproporção entre os discursos que, de alguma forma, condenaram a homossexualidade, e aqueles que a defenderam. Não somente porque os argumentos contrários compuseram a maior parte do material, mas também no que tange à forma com que as discussões se configuraram. Os discursos que tentaram deslegitimar a prática homossexual e/ou discordaram de dispositivos legais favoráveis a minorias sexuais foram ágeis na elaboração de suas estratégias e na publicação destas em comentários de textos sobre a *Parada Gay*; já os enunciados engendrados pelos que foram favoráveis ocorreram de forma reativa nas discussões, em resposta a juízos e argumentos prévios, de teor acusatório e/ou ofensivo.

Da mesma forma, foi raro encontrar nas estratégias de defesa a organização ou convocação de ações coletivas contra a discriminação, ou até mesmo a favor da aprovação de projetos de leis favoráveis a minorias sexuais, como o caso do PLC 122. Embora existam petições on-line<sup>85</sup> com o objetivo de pressionar o Congresso para aprovar a medida, elas não foram citadas de forma recorrente.

Além disso, muitos dos discursos contrários à prática homossexual ou a projetos de lei defendidos por estas minorias manifestaram apoio à candidatura do deputado Jair Bolsonaro à presidência, no sentido de considerá-lo um representante político para defender a “família brasileira”<sup>86</sup>, embora a maior parte destes discursos tenha sido composta somente de expressões de aclamação, como “Viva Bolsonaro!” ou “Bolsonaro presidente!”, estando ausente a elaboração de ações e/ou mobilizações políticas.

É interessante observar que, no entanto, o mesmo tipo de apoio não foi encontrado entre os que defenderam os grupos sexuais minoritários, embora os segmentos LGBT possuam representantes entre os políticos, como o deputado

---

<sup>85</sup> Três exemplos destas petições podem ser encontradas na página:

<http://www.plc122.com.br/peticao-contra-homofobia/#axzz1fySsuSIW>.

<sup>86</sup> A menção ao deputado Bolsonaro encontra-se em um dos exemplos que utilizamos no tópico 4.2.2.

federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que atua em projetos de defesa da cidadania LGBT, a favor do PLC 122 e do casamento civil para lésbicas e gays, entre outros. É possível observar em nosso material de pesquisa, portanto, um problema de articulação, no plano do discurso, de partes do movimento LGBT com o plano formal. Melucci (2001), como demonstramos no capítulo sobre ativismo LGBT, sinalizou o risco de uma desintegração de movimentos sociais nas “sociedades complexas” (termo que o autor admite ter utilizado na ausência de opções sólidas para os jargões “pós-industriais” ou “pós-modernas”). O teórico destaca que os movimentos mais recentes não se identificam com a organização clássica do sistema político, que requer uma “base profissional, territorial ou social definida” (MELUCCI, 2001, p. 98-99), e isto pode configurar um obstáculo à continuidade destas ações coletivas uma vez que a interlocução com o Estado é fator essencial para que demandas possam ser atendidas.

Uma das recorrências que mais chamaram atenção durante a análise diz respeito à utilização das chamadas “citações de autoridade” destacadas por Maingueneau, na qual os discursos são elaborados a partir de citações provenientes de uma espécie de “Locutor superlativo” (MAINGUENEAU, 1989, p. 100-101) que detém grande legitimidade enunciativa em uma determinada coletividade. Braga (2005) também teoriza neste sentido, ao destacar que o campo das mídias obtém legitimidade para seus discursos, em grande parte, devido à interação com outros campos, sejam o jurídico, médico ou científico, entre outros. Neste processo, em que ocorre uma “oferta de sentidos midiática” (BRAGA, 2005, p. 9), desempenham importante papel os “peritos”, termo que a autora usa em referência ao “sistema perito”, de Giddens (1991), e que designa os “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35). Na alusão de Braga, os peritos seriam as figuras de especialistas que produzem sentido na esfera midiática com base nos conhecimentos provenientes de outros campos.

No caso do nosso estudo, independente do posicionamento que revelam a respeito do evento ou da sexualidade não heteronormativa, os discursos analisados evocam, de forma ocorrente, dois tipos de autoridade: a Constituição Federal – quando o que está em pauta são as reivindicações de minorias sexuais no terreno legal – e a Bíblia, citada para condenar ou defender grupos LGBT. As doutrinas

religiosas e o campo jurídico constituem, neste sentido, as fontes de legitimidade mais utilizadas.

Se as discussões situadas no terreno dos Direitos forneceram validade enunciativa para os discursos organizados em nosso material, foi o campo religioso, no entanto, o mais evocado, especialmente nos discursos que de alguma forma condenaram a sexualidade não heteronormativa. No caso da categoria referente ao debate biológico, a evocação de supostas normas “naturais” para deslegitimar a conduta homossexual se combinou com a utilização de citações bíblicas nas quais se encontraria uma definição do suposto pecado da prática homossexual pelo fato de esta “contrariar a natureza”.<sup>87</sup> Já no caso da categoria referente aos direitos civis, os princípios constitucionais referentes à liberdades de crença foram organizados de forma a deslegitimar alguns projetos defendidos por grupos minoritários sexuais, especialmente o projeto de lei da Câmara 122, que pretende categorizar como crime a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. De acordo com este ponto de vista, caso aprovado, o PLC 122 calaria líderes religiosos ou de qualquer indivíduo que condenasse o “pecado” da homossexualidade baseando-se na Bíblia – uma “mordaca gay”, expressão criada para desmerecer o projeto.

A importância do debate religioso pôde também ser notada quando observamos especificamente a relação dos assuntos destacados pelas notícias com os mais recorrentes no *corpus* como um todo. Como apontamos no capítulo 2.1, nem todas as pautas propostas nos textos jornalísticos foram necessariamente repercutidas nos comentários espontâneos dispersos nos dados, ao menos não de forma a permitir o estabelecimento de padrões.

Destacamos quatro temas neste sentido: em primeiro lugar, quando Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro, declarou publicamente que bombeiros e policiais poderiam desfilar fardados, e com viaturas, na *Parada Gay*, gerando polêmica tanto entre estes profissionais como na sociedade. Em segundo lugar, quando *hackers* invadiram o site da Associação da Parada do Orgulho GLBT de

---

<sup>87</sup>A expressão refere-se a uma das citações bíblicas mais utilizadas para considerar a homossexualidade um pecado: “Por isso Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E, semelhantemente, também os homens, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, homens com homens, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro.” (Romanos 1: 26-28)

São Paulo (APOGLBT), fato bastante repercutido pelos sites jornalísticos. Outro assunto que ganhou destaque nos discursos jornalísticos foi a recomendação da SPTuris, empresa de turismo de São Paulo, de que os participantes do evento usassem roupas discretas no metrô de forma a evitar ataques homofóbicos. Por último, as mídias noticiosas destacaram substancialmente a utilização, por organizadores/as da *Parada Gay*, de imagens de santos em seus carros alegóricos, atitude que gerou polêmica entre líderes religiosos. Todas estas questões foram significativamente abordadas por jornalistas em veículos como *Folha online*, *GI*, *O Globo online* e *Estadão.com*, mas pouco evocados ou lembrados por enunciados não jornalísticos ao longo dos dados.

Estes quatro temas são, portanto, temáticas relevantes de acordo com alguns critérios de noticiabilidade do jornalismo. Destacamos, neste sentido, o critério referente à polêmica, que indica que, quanto mais polêmicos forem os fatos, maiores são as chances de se transformarem em notícias. Os requisitos de noticiabilidade de um fato, também chamados de valores-notícia, foram teorizados por autores como Wolf (2003) e podem ser resumidos como “critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de serem incluídos no produto final” (GOLDING; ELLIOT *apud* WOLF, 2003, p. 203). A inclusão da polêmica como valor-notícia foi feita por Silva (2005) em sua seleção de valores-notícias para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis/noticiados.

Apesar da alta noticiabilidade, estas pautas, no entanto, não convocaram, de forma significativa, deliberações espontâneas. Estamos chamando de “espontâneos”, em nossa pesquisa, aqueles discursos que são elaborados com relativa autonomia do texto veiculado por periódicos jornalísticos em questão. No caso das pautas destacadas no parágrafo anterior, as discussões aconteceram somente nos comentários específicos sobre aquelas notícias, mas não nas interações de forma geral. A situação é diferente em relação a outras três temáticas que apresentaram relevante ocorrência tanto no discurso jornalístico quanto no espaço dedicado aos comentários sobre as notícias. São elas: a polêmica envolvendo a instalação de um *outdoor*, na cidade de Ribeirão Preto, com versículos bíblicos contrários a homossexualidade, à notícia de que um casal de pastoras lésbicas iria pregar o Evangelho durante a *Parada Gay* de São Paulo e a divulgação da presença da Igreja Anglicana em trio elétrico próprio no desfile,

decisão que contrariou muitas denominações religiosas. Todas correspondem ao valor-notícia referente à polêmica, mas desta vez estão também vinculadas a questões religiosas, suscitando temáticas e argumentações recorrentes no material que organizamos, de forma a permitir a estipulação de categorias de análise. Nestes casos, as notícias levantaram, nas discussões, determinados assuntos que não ficaram limitados a sites específicos, mas propagaram-se por todo o material.

Consideramos que a grande recorrência do conteúdo religioso como estratégia discursiva parece ser um indicativo de que as complexas relações entre homossexualidade e religiosidade configuram um tema premente na sociedade, necessário para se pensar as relações das sexualidades não heteronormativas com o tecido social – não apenas nos campos formal e institucional mas também em relação àquilo que Habermas chamou de mundo da vida, ou seja, o compartilhamento de definições, sentimentos e percepções comuns nas práticas do cotidiano.

\*\*\*

Com este estudo, esperamos ter atingido o objetivo de conhecer e compreender algumas das interpretações construídas pelos sujeitos, especificamente nos ambientes on-line, a respeito dos tópicos que a *Parada Gay* se propõe a agendar na sociedade. Importante destacar que nossas conclusões, longe de serem exaustivas, são parciais; no entanto, apresentam potencial de se desdobrar em novas linhas de investigação para estudos futuros. Uma das possibilidades diz respeito ao estudo das relações entre religião e sexualidades não heteronormativas no Brasil, como exposto no parágrafo anterior. Da mesma forma, a análise dos pontos de contato e divergência entre o ativismo LGBT e o mercado segmentado pode revelar-se frutífera, na medida em que revele possíveis articulações entre consumo e cidadania para estes grupos. Por último, outro desdobramento possivelmente promissor da nossa pesquisa diz respeito ao estudo das estratégias de movimentos sociais LGBT em relação aos meios de comunicação em geral – por exemplo, de que forma se endereçam à população,

como constroem suas imagens enquanto atores sociais e para que aspectos de seus programas políticos buscam chamar a atenção das mídias.

Os dados apontam para uma diversidade significativa, tanto em relação às opiniões da sociedade sobre minorias sexuais como em relação a gênero, multiplicidade esta que pode ser observada nas ressignificações e transformações da própria nomenclatura dos movimentos de minorias sexuais, que já foram denominados de GLS, GLBT e GLT, entre outros. Já em relação aos sentidos produzidos em resposta aos tópicos suscitados pela *Parada Gay*, a divergência de posicionamentos e as contradições evidenciadas durante a investigação mostram algumas das dificuldades encontradas no caminho de uma democracia e cidadania plenas.